

As revoltas na Baixa de Cassange e o direito à memória e história nas lutas de libertação de Angola: entre o 04 de janeiro e o 15 de março de 1961

Giselda Brito Silva¹

Resumo: Neste trabalho procuramos discutir o direito à história e memória das populações da Baixa de Cassange nas lutas de libertação de Angola, enfocando três momentos históricos das revoltas na região, que têm sido objetos de questionamentos acerca de seus lugares nas comemorações da Independência de Angola, sendo eles: o *04 de janeiro*, *04 de fevereiro* e, principalmente, o *15 de março de 1961*. Para discutir tais eventos, no ambiente colonial de Angola, no ano de 1961, consultamos uma variedade documental disponibilizada pelos arquivos digitais da Torre do Tombo, entre relatórios da PIDE, do Arquivo Oliveira Salazar, dos administradores da Cotonang, da administração colonial e de militares. Sobre a memória dos eventos em nossos dias, ouvimos depoimentos de antigos membros da UPA e das comunidades de Cassange, além de historiadores (as) de Angola, Portugal e Brasil, preocupados com as lacunas destes eventos na história de Angola.

Palavras-Chaves: Angola, Revoltas, Baixa de Cassange.

The revolts in Baixa de Cassange and the right to memory and history of Angola's liberation struggles: between january 4th and march 15th, 1961

Abstract: In this paper, we seek to discuss the right to history and memory of the populations of Baixa de Cassange in Angola's liberation struggles, focusing on three historical moments of the revolts in the region, which have been objects of questioning about their places in the celebrations of Angola's independence. They are: the *4th of January*, the *4th of February* and, mainly, the *15th of March, 1961*. To discuss such events, in the colonial environment of Angola, in 1961, we consulted a variety of documents made available by the digital archives of Torre do Tombo, including reports from PIDE, the Oliveira Salazar Archive, Cotonang administrators, the colonial administration and the military. On the memory of events in our days, we heard testimonies from former members of the UPA and the communities of Cassange, as well as historians from Angola, Portugal and Brazil, concerned about the gaps in these events in the history of Angola.

Keywords: Angola, Revolts, Baixa de Cassange.

Artigo recebido em 05/07/2021 e aprovado em 29/10/2021.

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

Considerações Iniciais: Documentos e versões da repressão às revoltas camponesas na Baixa de Cassange (janeiro/fevereiro de 1961)

Com a concessão portuguesa da exploração das terras e das comunidades locais do norte de Angola para a Companhia Cotonang, produtora belga de algodão, intensifica-se novo ritmo da dominação econômica e social no distrito de Malange e Lunda, na década de 1940.^{II} Em consequência surge uma nova forma de exploração colonial na região, que modifica a cultura de plantação das populações negras locais obrigados a deixar de plantar milho, mandioca, feijão, amendoim, palmeira de dendém e o tabaco, que consumiam e comercializavam, para se dedicar à produção do algodão, sujeitos aos preços determinados pela Companhia.^{III} Desta forma, surgem também novas relações de trabalho e de produção na região, associadas ao trabalho forçado que impõe a obrigatoriedade da produção do algodão,

com direitos exclusivos sobre a comercialização de toda a produção camponesa de algodão, [...] pela interferência directa que a cultura obrigatória teve sobre a dinâmica da produção linhageira nas áreas concessionadas. Consequentemente, toda a informação relativa ao regime algodoeiro vigente até 1961, revela-se indispensável à identificação das condições laborais a que estavam sujeitos os camponeses africanos na Baixa e em consequência disso, ao cabal entendimento da gênese dos acontecimentos de 1961.

Pelas concessões, a Cotonang passava a ter o controle da terra e da mão-de-obra local, implantando a coerção e castigos físicos contra os reclamos e resistências das populações locais. Esta situação era bastante denunciada na comunidade internacional, e apontada como similar à escravidão sob o disfarce do contrato de trabalho. O governo português procurava negar tais denúncias, contudo, não conseguia impedir a circulação de denúncias sobre a exploração dos trabalhadores nos campos de algodão e outras formas de exploração. O governador do Zaire, lembrando uma visita a Angola, em 1961, por exemplo, afirmava para a comunidade internacional que “o sistema de trabalho que se estava seguindo ali [no norte de Angola] era ilegal e a causa do êxodo dos trabalhadores”.^{IV}

Relatórios produzidos pela administração local também fazem referências à liberdade de atuação das companhias de exploração junto às comunidades, sem uma fiscalização devido à ausência de pessoal suficiente para o trabalho e pelas distâncias das sanzalas onde atuavam. Num geral, são unânimes em afirmar que a empresa Cotonang agia por conta própria contra as populações, sem que a administração colonial tivesse condição de controlar sua relação com os povos locais. Anabela Silveira^V, destaca em seu trabalho sobre as revoltas da Baixa de Cassange, relatos de militares sobre a situação da população sob a exploração da Cotonang, em que se reconhece a situação dos trabalhadores e suas famílias na região de alto nível de exploração:

As gentes da Baixa de Cassange, mulheres e crianças incluídas, são retiradas das suas aldeias e obrigadas a cultivar algodão nos terrenos indicados pela

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

empresa. Salários não existem. Os únicos rendimentos dos agricultores aparecem no final de cada campanha com a venda obrigatória do algodão à COTONANG que estabelece preços reduzidos e frequentemente compra produtos de primeira classe a valores de segunda. Se alguma cheia ou imprevisto acontece nas lavras que tinham a seu cargo, os agricultores ficam entregues ao seu azar: a COTONANG não os compensava pela perda inesperada de um ano de trabalho nem tão pouco lhes prestava assistência com fertilizantes ou pesticidas. Se o terreno [...] começava a dar sinais de saturação, os capatazes da empresa forçam-nos a deslocarem-se para locais a quinze ou vinte quilómetros das suas cubatas [...]. Pouco mais são do que escravos.

Os depoimentos do Major Rebocho Vaz, comandante do Batalhão de Caçadores Eventuais, trazem dados da reação do batalhão, depois das insurreições de 4 de janeiro de 1961. Segundo seus depoimentos, naquele ambiente [da punição]:

a situação do indígena era de absoluta miséria moral e material sobre todos os aspectos. Resiste a essas condições de vida porque, quanto a mim, durante a sua infância ou sucumbe à fome, às intempéries por falta de vestuário e às doenças de toda a espécie ou vinga e se torna imune a tudo [...]. Habitua-se desde tenra idade a não ter personalidade de gente, pois o único contacto [...] com o europeu é-lhe altamente prejudicial e só aprende a não ser roubado e espancado. Existem sanzalas inteiras em que as águas em tempo das chuvas passam pelo leito das cubatas onde dormem e vivem, isto para satisfazer a vontade do chefe do posto e do agente da COTONANG que muitas vezes não se querem incomodar a ir mais para o interior recolher o algodão e obrigam as sanzalas a serem sempre implantadas quase sempre à beira das picadas.^{VI}

Os documentos produzidos pelos agentes da Cotonang, por sua vez, contam outras versões. Segundo eles, o motivo dos conflitos, entre os capatazes e os trabalhadores, teria partido dos trabalhadores que “recusavam-se a trabalhar, sem que ninguém fizesse nada para obrigá-los. E que quanto à repressão, informou que sua excelência não queria que se desse um tiro para evitar as repercussões internacionais”.^{VII} Um destes documentos foi produzido por Manuel A. Morais Martins, da Cotonang, onde ele conta que os indígenas das sanzalas de Quizenga e Lumbange abandonaram por completo o serviço por terem ido à sanzala Taca onde estava o ‘Pessa’ (nome que dão a agente subversivo) fazendo propaganda anticolonial.^{VIII}

Para Aida Freudenthal, *a revolta da Baixa de Cassange* de 1960-61 é um evento muito documentado pelos agentes da Cotonand, militares, missionários e administradores, mas, cercado de muitas lacunas por conta dos grupos que registraram oficialmente os acontecimentos e isolamento da região. Alguns documentos hoje disponíveis, e que à época eram produzidos apenas para conhecimento de Oliveira Salazar, contudo, permitem aos pesquisadores cruzar estas versões e apresentar uma síntese dos acontecimentos que chegavam a Oliveira Salazar, como informações “secretas”. Por estes documentos, a resistência contra a exploração teria começado desde dezembro de 1960, acirrando-se em janeiro, fevereiro e de março de 1961:

As causas eram numerosas: a população local era forçada a cultivar algodão, com exclusão de alimentos, em certas áreas: os 31.652 produtores do distrito

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

de Malange eram obrigados a vender toda a colheita a preço fixo pelo governo, muito inferior ao do mercado mundial: a leste de Malange havia uma verdadeira ‘*cotonocracia*’ que atribuía ao africano o papel de ser apenas um abastecedor da companhia.^{IX}

[...] em dezembro de 1960 surgiram os primeiros sinais de resistência por parte dos camponeses, nomeadamente a ausência das lavras de algodão e a recusa de pagamento do imposto. Os camponeses após a adesão aos ‘preceitos de Maria’ através de ritos iniciáticos, passaram a desafiar abertamente as autoridades e os agentes da Cotonang, convictos de que eram imunes às balas dos brancos.

As estimativas do massacre dos camponeses, resultante dos bombardeamentos e das execuções sumárias, variavam segundo os autores, entre algumas centenas e 20.000 mortos. Segundo Pélissier, tratou-se de uma revolta de pobres camponeses que falhou porque os rebeldes não obtiveram armas nem apoio dos povos vizinhos, embora tenha sido precursora dos levantamentos nacionalistas de 1961.^X

Relatórios de investigadores da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), também analisados pela Aida Freudenthal, reconhecem o nível de exploração do trabalho forçado, mas acrescentam motivações religiosas às populações em revolta, que incitadas pela independência do Congo, aderem a um movimento messiânico, conhecido como a “Guerra de Maria”, e propagado por catequistas bakongos que

chegaram a Cassule-Cuenda em finais do ano de 1960 passando posteriormente às regiões do Milando e do Iongo, declarando-se portadores da Boa Nova de Maria, ‘a deusa protectora dos pretos, a verdadeira deusa’ que lhes comunicara que ‘vinha salvar o povo de Angola, libertando-o do jugo do branco e proporcionando-lhe uma vida melhor.

[...] Finalmente, viria Lumumba para os governar, pelo que as ordens de Maria deviam ser cumpridas, renunciando uma era de felicidade associada à retirada dos brancos. Esta compreensão dos eventos é reforçada com parte de um bilhete encontrado no bolso do capataz da Cotonang, onde se dizia que ‘*Lumumba, a mulher Maria e o filho Pessa mandam que ninguém trabalhe e que só as mulheres podem cozinhar*’.^{XI}

Os representantes do regime colonial, por sua vez, associavam a influência religiosa dos “Pessa” e de “feiticeiros à cultura supersticiosa das religiões tradicionais dos povos da Baixa de Cassange, enviando missões antropológicas para estudar tais culturas a fim de melhor controlar as influências externas pelo campo da cultura religiosa, ao mesmo tempo que negavam a ocorrência dos conflitos na região ou qualquer reação violenta por parte dos colonizadores perante a comunidade internacional.

Por estes documentos, a resistência ao trabalho e domínio colonial na Baixa de Cassange começou em dezembro de 1960, acirrando-se a resistência no dia 04 de janeiro de 1961. Neste momento, ocorre a paralização das atividades de produção, a prisão de capatazes da Cotonang na sanzala do soba Quivota a 10km do posto de Milando, com gritos de revolta contra os brancos. Diziam que atacariam quem os

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

obrigasse a trabalhar no algodão ou nos serviços do Estado, que não mais obedeceriam ao chefe do posto, nem pagariam mais impostos. No dia 11 de janeiro, o movimento vai se acirrando, e

à noite, por razões desconhecidas, mas talvez relacionadas com a recusa ao trabalho e uso da violência pelos agentes da Cotonang, foi morto ‘com arma de carregar pela boca’, um dos capatazes na sanzala Ganga Moxica: ‘Nós não queremos matar; mas se o branco vem matar-nos, matamos também’, seria a justificação de um soba perante a autoridade administrativa. E, quando alguns sobas foram chamados ao posto do Milando a 13 de janeiro, não compareceram, afirmando que ‘só recebiam ordens de Kasavubu e de Maria’.^{XII}

Aida Freudenthal chama a atenção para outros documentos que hoje confrontam estas narrativas, referindo-se “ao massacre de 85 camponeses ‘grevistas’, em meados de janeiro, que estariam na base das reações populares, conforme carta escrita em Luanda, em fevereiro de 1961, apreendida pela PIDE (Processo 469/61)”. Outros documentos viriam de missionários que teriam confirmado que os grevistas foram atacados por “bastonadas pelos capatazes da Cotonang, e que teriam acirrado os ânimos”.^{XIII}

Na sequência, outras revoltas vão dar continuidade às lutas contra a produção obrigatória na região, com seus líderes afirmando que: “toda esta confusão não é nossa. Nada queremos de vocês, brancos, a não ser que nos deixem viver a nossa vida à parte”.^{XIV} A partir daí vem a etapa dos insultos com armas nas mãos, ameaçando com canções de insultos, destruição dos bens e das sementes, assalto a instalações, destruição de pontes e postos policiais, incitando todos à desobediência às autoridades.

Nesta fase, os comerciantes e administradores da Cotonang contrataram capatazes armados que, juntamente com a chegada da força militar, dão início à repressão para controlar a situação, obrigando os trabalhadores a voltarem ao trabalho, punindo os culpados que retornam, numa “repressão exemplar”, com a ajuda da Companhia de Caçadores Especiais e a força aérea, fazendo muitas vítimas nos focos das revoltas. Em 06 de fevereiro, a Companhia de Caçadores abrem fogo contra a comunidade do Quela, fazendo 70 mortos, 39 feridos e 21 prisioneiros, sofrendo a companhia duas baixas.^{XV} No dia seguinte, bombardeios, com bombas incendiárias, atingem a aldeia do Cunda resultando em numerosas mortes. Até 22 de fevereiro de 1961, seguem-se os ataques e repressão contra os revoltosos e os culpados, com grande número de mortos, entre velhos, homens, mulheres e crianças:

No final de fevereiro de 1961, foi feito o balanço das acções militares planeadas pelo Comando Militar de Angola chefiado pelo General Monteiro Libório e executando a partir de Malange sob a chefia do Capitão Rebocho Vaz. As manobras tácticas das 3^a. e 4^a. Companhias tinham conseguido dividir os Jingas dos Holos a fim de quebrar a resistência mais tenaz destes últimos. Além das operações em terra, haviam sido bombardeadas por aviões PV2 e T6 da Força Aérea, às áreas dos postos Quela, Cunda, Sunginge, Cambo, Cahombo, Bange-Angola, Marimba, Tembo Aluma e Marimba Nguengo onde existiam grandes concentrações de população.^{XVI}

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

Os dados sobre a matança dos revoltosos circularam em vários informes da administração colonial local e em Portugal. Pelas informações da PIDE, o saldo de destruição na região, depois da repressão aos revoltosos, resultou em cerca de: “7.795 feridos, 4.876 prisioneiros, 5.524 fuzilados (homens, mulheres e crianças), vítimas dos ataques das Companhias e dos bombardeamentos, a baixa altura”. Documentos de missionários, também indicam “um total de 5.000 a 10.000 camponeses mortos na região de Cassange, além de chefes tradicionais e activistas, mais 1.000 congoleses vindos para ajudar parentes na luta. Entre os prisioneiros, alguns foram soltos, depois de passar pela *preparação psicológica*”. Dizem eles que, depois das sessões de interrogação da PIDE, onde se diziam quem eram os cabecilhas das revoltas e agitadores, outros eram executados ali mesmo.^{XVII}

A revolta de “15 de Março de 1961”: das imagens da violência à promoção da guerra colonial

Os eventos da Baixa de Cassange abalaram o cotidiano do colonialismo português em Angola, entre dezembro de 1960 e os três primeiros meses de 1961, tornando-se as populações da região os principais protagonistas das razões que deflagraram a ‘guerra colonial’.^{XVIII} O 15 de março de 1961 foi um momento das revoltas cercado por muita violência, tornando-se um momento de culminância de revoltas contra as condições coloniais impostas às populações do norte de Angola. A repressão violenta contra os revoltosos de janeiro e fevereiro de 61, desencadeada pelas formas militares (terrestre e aérea), caçadores especiais e capatazes da Cotonang, com práticas de punição e humilhação, mais a nova situação após os bombardeiros das aldeias, acirraram o ódio contra os colonos brancos, contra os mestiços e contra as etnias que colaboravam com o colonizador.

O uso do chicote pelos capatazes da Cotonang, para obrigar ao trabalho dos que ainda resistiam ou como punição dos que retornaram, era um símbolo antigo da dominação e humilhação destes povos. Miguel Bandeira Jerônimo, lembra-nos que o chicote é um dos “instrumentos de atrocidades e da indignação moral” dos africanos negros. A imagem do chicote é uma das mais emblemáticas punições públicas, uma garantia da autoridade e dominação colonial:

A punição de corpos nus de homens e mulheres de descendência africana tiveram um papel central nos idiomas e nas políticas da diferença racial. ‘Instrumento com um ar assassino, feito de pele de hipopótamo, que foi introduzido no Congo para ‘persuadir’ o nativo a produção da borracha [...] No Congo, o chicote usado pela força pública (composta por africanos negros) era restringido à punição dos africanos negros, como exibição pública da autoridade colonial e das companhias concessionárias e ainda como modalidade de castigo pelo cumprimento das obrigações civilizatórias, nomeadamente a (falta de) produtividade laboral.’^{XIX}

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

A fronteira entre o Congo e o norte de Angola fazia circular estas práticas de controle dos trabalhadores da Cotonang pelo chicote. Fernando Rosas, conta que o chicote foi usado pelos capatazes da empresa, em atos de punições, controle e obrigação do trabalho nos campos de algodão.^{XX} Do século XIX ao longo do XX, o colonialismo português, por ocupação militar e sob os discursos evangelizadores e civilizatórios, implantou-se nas colônias africanas por exploração do trabalho forçado, obrigando os africanos negros a viverem à margem das vantagens apresentadas pelos discursos coloniais, à exceção para uma pequena parcela de *assimilados*, que minimizaram a condição de “indígena” pela educação colonial. O restante da população africana negra, considerada como “indígena”, seriam organizados para o trabalho braçal obrigatório e sem o direito à cidadania pela Lei do Indigenato, dado que só poderiam chegar a condição de cidadão pela assimilação e pela educação colonial, hierarquicamente seletiva e acessível apenas a alguns.

Muitos sabiam que a libertação da dominação colonial só poderia vir pelas revoltas e resistência armada. Dado que vários documentos indicam que, entre finais da década de 1950 até o momento da deflagração das revoltas, foram feitas várias tentativas de acordos para que Portugal saísse pacificamente da colônia e/ou estabelecesse novas relações com os grupos reivindicadores de uma Angola livre.^{XXI} Tudo em vão. Oliveira Salazar, levou até às últimas consequências a manutenção da colônia e alimentou como pôde a violência da guerra contra os angolanos por treze anos, indo até os limites da insanidade pela dominação política e colonial, com consequências para os próprios colonos e portugueses que ali estavam e foram deixados à própria sorte, que se tornaram também alvo das revoltas.^{XXII}

E, ao final, como vítimas cortadas a catanadas e ensanguentadas, serviram aos propósitos da propaganda imagética da brutalidade animal dos negros não civilizados, usados para propaganda e legitimidade da “*guerra colonial*” do regime contra os povos angolanos.^{XXIII} Da mesma forma, o governo usou as brigas e violência entre os bakongos, [grupo pertencentes à UPA], e os ovimbundos [grupo que serviam às fazendas e famílias de colonos] para arregimentar populações internas para seu lado da guerra.^{XXIV}

Nas comemorações atuais da independência de Angola, contudo, circulam amplos debates sobre a validade dos eventos do *15 de Março de 1961*, da Baixa de Cassange, às comemorações devido a estes “atos assassinos” associados às populações bakongos da região e da UPA (União das Populações de Angola), lembrados apenas pelos que querem acender na memória internacional as cenas do massacre à catanadas que teriam praticado contra colonos, mulheres, crianças e outras etnias que serviam aos colonizadores.

Afonso Ramos^{XXV}, apresentou uma ampla discussão sobre os usos das imagens que circulam sobre os eventos do *15 de março de 1961*. Suas observações e análises nos levam a considerar que estas imagens expostas em Portugal e para o mundo, chamam a atenção para a importância dos usos políticos das imagens, porque são as únicas fotos dos massacres das revoltas de Cassange. Diz o autor que

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

esta foi uma guerra sem imagens, invisível porque travada longe do olhar público, inimaginável pois silenciada pela censura, impenetrável dado que bloqueada pelo trauma. O legado imagético que se repete é parco, pobre e comprometido, nunca tendo merecido escrutínio crítico, à exceção do pontual ensaio crítico fotográfico de Paulo de Medeiros.

[...] uma busca na internet por ‘fotografias da guerra colonial’ devolve logo vasta galeria grotesca a preto-e-branco que domina por completo os resultados: centenas de cadáveres profanados, sangrentos e desmembrados, com intestinos de fora, crânios rebentados, entranhas pútridas, caras desfiguradas ou genitálias serradas. São imagens todas relativas a Angola e a um ano em particular, 1961, mobilizadas em sites para exigir vingança ou denunciar traições, reiteradas sempre que estala polémica sobre o passado colonial, sabotando discussões com os ícones aterradores, consideradas geralmente como a visão imparcial, insuperável, indiscutível e imutável da verdade da história.^{XXVI}

Nos eventos de Cassange, como vimos tentando destacar, ocorreram muita violência e matança das populações locais, punições de todo tipo, que não são documentados por imagens. São propagadas apenas as imagens que atizariam o desejo de vingança dos portugueses. Depois de divulgadas as imagens, Oliveira Salazar decretou: “rapidamente, e em força para Angola”, resultando na morte de mais de 60 mil pessoas. Foram meses de muita violência e mortes. Contudo, argumenta nosso autor: “não é de se estranhar a abundância de fotografias de atrocidades apenas de dois dias, e ao protagonismo da UPA e das populações do norte?”. Porque, como bem lembra o autor, “fotografias de atrocidades sempre foram usadas, particularmente para legitimar argumentos de destruição, morte e perseguição, sobretudo em campanhas dirigidas a civis, para ilustrar o inimigo como assassino, canibal, violador ou animal”.^{XXVII} As imagens expostas para o mundo procuravam legitimar a teoria de selvagens e o projeto de civilização colonial, e do outro lado, justificar a matança que se daria início depois do 15 de março de 1961 até a perda legal da colônia na década de 1970:

desumanizados como drogados, violadores e canibais, esta mentalidade logo se traduz numa a matança no terreno, à medida que, aplicando o foco constante sobre os ataques para ofuscar qualquer agenda política, [...] a fim de silenciar os críticos da acção colonial”. [...] A resposta das autoridades portuguesas aos ataques da UPA no norte de Angola, incomparavelmente mais cruéis e massivos, tem inúmeros paralelos com esta campanha [...]. E, a voragem fotográfica alimenta-se ainda de imagens fornecidas pelas milícias civis e pelos próprios batedores, que embora se tornem o símbolo de abusos na resposta portuguesa, serão os autores dos documentos a partir dos quais os eventos se dão a conhecer e julgar, e passariam à história, definindo o campo de visão da opinião pública, ditando e controlando como este deveria ser interpretado. Um dos fotógrafos é o próprio alferes Robles, a quem se atribuíram as piores atrocidades de então: ‘Das chacinas eu tenho fotografias, tiradas por mim, de brancos e de negros. Foi um rolo que, suponho, depois de ter sido entregue no Quartel-General em Luanda, serviu para todo esse cariz do terrorismo na ONU’. Depoimento do Tenente Fernando Robes - RTP, *Ultramar, Angola 1961-63*, 1999).^{XXVIII}

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

Em 14 de abril de 1961, um mês depois do massacre na Baixa de Cassange, Salazar declara a guerra colonial. Impressionados com as imagens, “os portugueses respondem generosamente ao ditador”.^{XXIX} Depois de sua divulgação, por livros, exposições, congressos, jornais, a ser apresentada na ONU, a matança de angolanos e a destruição de aldeias passam a compor narrativas que naturalizam a matança dos terroristas. Assim, os ataques aéreos, dos capatazes, da polícia colonial e das forças de caçadores especiais contratados, tudo se justificava como vingança contra os negros. E não só se atiçava o ódio do branco contra o negro, mas, do negro contra o negro: “escolhiam-se as imagens mais chocantes das vítimas negras, decapitadas, castradas e decepadas, para serem mostradas aos ‘fiéis bailundos’, grupo étnico mais atacado pela UPA, incitando o ódio “tribalista” dos ovimbundos na resistência para combaterem do lado dos portugueses”.^{XXX}

Disso decorre a compreensão de que tratasse de eventos de grande complexidade, pela violência registrada oficialmente pelos colonizadores, e por documentos (escritos e imagens) que determinam interpretações unilaterais. Hoje, disponibilizados os documentos sigilosos da administração colonial, do salazarismo e da PIDE, mais a possibilidade de ouvir alguns africanos negros sobre aspectos destes eventos, é possível discutir aspectos das revoltas e colaborar com aqueles que defendem o direito das populações da Baixa de Cassange à memória e história da independência de Angola, pelas suas lutas e sofrimento que orientou e determinou suas condições de participação nas revoltas de libertação.

O direito à memória e história da Independência de Angola: o lugar dos participantes das revoltas da Baixa de Cassange

Na atualidade, conforme já se disse, as comemorações da Independência de Angola têm despertado uma série de debates e reivindicações à memória e história das lutas e das guerras que levaram à libertação da dominação colonial, aqui particularizando o debate sobre as revoltas da Baixa de Cassange. Maria da Conceição Neto, em 15 de março de 2021, publica um artigo em que discute os embates políticos em torno das reivindicações das memórias e histórias das guerras de libertação em Angola, momento em que muitos evocam participação nos eventos do norte de Angola, como integrantes da UPA ou trabalhadores dos campos de algodão nas fazendas de Cassange. Portanto, como grupos importantes do processo de libertação de Angola e parte de sua memória e história.^{XXXI}

Diz Conceição Neto que, as narrativas oficiais da atualidade omitem nas comemorações, por exemplo, as revoltas no norte de Angola e a participação da UPA (União das Populações de Angola) nas lutas de *15 de março de 1961*, oficializando historicamente apenas as ações dos membros da MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) na capital de Luanda, em 4 de fevereiro de 1961 e demais eventos do grupo,

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

por razões ligadas às rivalidades entre a MPLA e a UPA/FNLA. Esta situação, segundo ela, é o reflexo da ausência de uma transição pacífica, por ocasião da independência, entre os diferentes grupos que atuaram para uma Angola livre.^{XXXII} Tais posicionamentos têm efeitos históricos, como a promoção do apagamento de histórias e a ausência do direito à memória dos diferentes atores dos do processo de Independência de Angola, conforme declarações:

Este é um daqueles casos em que o conflito de memórias e a reivindicação da ‘verdade histórica’ não parecem esmorecer com o passar do tempo. A informação disponível é vasta, mas extremamente desigual, e isto por diversas razões: a extensão e características do território atingido e das populações revoltosas; a grande difusão de versões usadas pela propaganda colonial, desprezando o contexto e as causas da revolta; o predomínio quase absoluto, na historiografia, das fontes portuguesas, civis e militares, mais ou menos afetas ao regime colonial; o relativo apagamento do ‘15 de Março’ do lado angolano, após a Independência, devido a rivalidades partidárias mas, também, a fatores psicológicos relacionados com a extrema violência da revolta e da repressão que se seguiu.^{XXXIII}

Sobre a importância dos grupos e o direito à história nas lutas pela independência de Angola, devemos destacar um aspecto apontado pela Conceição Neto acerca do ambiente natural da região de Cassange, por comportar períodos de longas chuvas que inviabilizam os usos das estradas e das pontes, sendo habitada por comunidades que viviam isoladas, o que prejudicava a comunicação destas populações. Segundo ela, esta realidade da região requeria um planejamento e organização para a eclosão de revoltas destas populações locais. Acrescentamos que, trata-se de povos que sempre resistiram ao domínio colonial, como tem mostrado a historiografia, mas que, naqueles primeiros meses de 1961, a resistência se dá de forma orquestrada e articulada, sob a liderança de Holden Roberto [líder da UPA], com apoio de forças provenientes do Congo belga e de nações que questionavam na ONU a política colonial portuguesa em África, como bem lembra a autora.^{XXXIV}

As condições geopolíticas questionam, portanto, a tese de “*Incidente na Baixa de Cassange*”, provocada por revoltas agrícolas improvisadas, como dizem alguns relatórios. Para Conceição Neto, os eventos de *15 de março a 09 de agosto de 1961*, foram de responsabilidade da UPA, liderados por Holden Roberto, com apoio de grupos étnicos que descem do Congo-Leopoldville (atual República do Congo), ainda que nem todos os revoltosos pertencessem à organização, citamos:

A sublevação no chamado “Congo Português”, majoritariamente habitado pelos Bakongo, fortemente cristianizados por missões católicas e batistas, estendendo-se pela região do Dembos, parcialmente de língua Kimbundu e com grande influência das missões metodistas. Muitos dos que não participaram inicialmente acabaram envolvidos na recolta, ou fora obrigado a refugiar-se nas matas, para fugir à violência e indiscriminada repressão que se seguiu.

A UPA terá infiltrado pela fronteira alguns homens treinados, usando armas de repetição, mas na maioria dos casos tinha mobilizado camponeses cujas armas foram os instrumentos de trabalho (sobretudo

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

catanas) e de caça (canhangulos, armas de fogo rudimentares). No dia combinado (e nos dias seguintes), bloquearam estradas e lançaram-se ao assalto de fazendas, postos administrativos e vilas, tudo o que na região representava o domínio português. Não foi uma revolta amadurecida e precedida da conscientização política ao estilo da guerrilha revolucionária. O Objetivo era claramente anticolonial e inspirado nas independências das colônias vizinhas, mas o colonialismo era um conceito abstrato.^{XXXV}

Apesar da quantidade de documentos, hoje disponíveis aos pesquisadores, os eventos do *15 de março de 1961*, possivelmente por comportar a propagação de imagens negativas daquele momento, permanecem num clima de muitas incompreensões e silenciamentos por parte da história oficial, quando as populações da Baixa de Cassange são protagonistas fundamentais do processo de libertação, devendo a região ser oficialmente citada nos momentos em que se acende a memória e história destas lutas. Manuel Dorivaldo, pertencente ao Curso de Ciência Política da Universidade Agostinho Neto, é um dos que destacam a variedade de narrativas e silenciamentos em torno das revoltas de Cassange, e a forma como o evento se tornou objeto da “politização histórica” em Angola, com fatos contados de forma parcial pelos envolvidos nas revoltas contra o colonialismo português. De acordo com ele, há muitas distorções e particularidades, principalmente envolvendo as atividades dos movimentos participantes das lutas, entre os quais se destacam que as lutas de libertação de Angola tiveram a participação de vários grupos, comunidades étnicas e lideranças diversas. Porque, conforme diz Dorivaldo:

A despeito deste postulado, assevero que os que não viveram a guerra em Angola estão sujeitos a vive-la por meio da reflexão ou dos sentidos, isto é, quem não viveu no tempo da guerra e sente os seus efeitos através dos sentidos biológicos é passível por intermédio dos livros e fontes orais descreve-a e pensá-la, ontologicamente, como se tivesse vivido ou guerreado. Porém os que não foram à guerra sentem-na e orgulham-se pelos que foram, porque a guerra é de todos.^{XXXVI}

Há neste sentido, questionamentos em torno das comemorações da Independência em Angola nos dias atuais. Historiadores e responsáveis pelas comemorações não podem esquecer que havia as mais diversas frentes nas lutas anticoloniais: grupos étnicos sob condições adversas; e, grupos organizados em movimentos liderados por personalidades envolvidas, de um lado, com os interesses do imperialismo e, do outro lado, pelos interesses do socialismo, vindo destes últimos as maiores ações com apoio e financiamento para as lutas de libertação.^{XXXVII}

E, mesmo no interior dos grupos, era comum os conflitos e divisões internas. Dos relatos lidos, percebemos uma questão central em relação aos movimentos de libertação de Angola: que as lutas contra o colonialismo se deram por meio de conflitos internos entre os grupos organizados, “porque não havia entendimentos entre eles”. Há ainda que se considerar que várias frentes de lutas eram clandestinas, e em espaços tão distantes, que uma não sabia da ação da outra, o que era bastante explorado pelos defensores da política colonial portuguesa, que se apropriava da disputa entre os grupos anticoloniais.^{XXXVIII}

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

Entre os participantes da luta armada, particularmente aqueles pertencentes às comunidades locais na região do Dembos, no 15 de março de 1961, têm suas participações registradas por imagens, comprovando suas participações nas lutas de libertação e reforçando a necessidade do olhar da história para as memórias da população da Baixa de Cassange, de todas as etnias que combateram de um lado ou do outro.^{XXXIX}

As revoltas anticoloniais da Baixa de Cassange foram fundamentais para a quebra do cotidiano de exploração colonial, suas comunidades experienciaram um cotidiano de muita violência pela libertação de Angola. Mas, o direito à memória destas lutas tem sido seletivo, silenciado e fragmentado. Os que assumiram o poder cuidaram em garantir sua participação nas comemorações, omitindo outras memórias, limitadas às comunidades da região. Há estudos que destacam a percepção destas lacunas nas escolas de formação dos jovens da atualidade e suas expectativas em relação ao conhecimento destes eventos:

O quarto acontecimento mais evocado pelos jovens refere-se ao massacre da Baixa de Kassanje, a 4 de Janeiro de 1960 (42,86%), ocorrido na sequência da sublevação dos camponeses daquela região que trabalhavam na produção de algodão e que eram vítimas de exploração colonial. Devido à recusa em continuarem a trabalhar para a empresa produtora de algodão, nesse dia (e subsequentes) foram mortos entre 5 a 10 mil camponeses, na sequência dos bombardeamentos com napalm, fuzilamentos e outros ataques do exército colonial português. [...] A maior parte dos jovens consideram este acontecimento como negativo, mas alguns consideraram-no como positivo (média = 2,85). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são mistas, variando entre ‘revolta’, ‘tristeza’ e ‘alegria’. É difícil compreender por que razão este acontecimento pode suscitar alegria, mas é provável que tenha a ver com o reconhecimento da capacidade de resistência e da bravura dos camponeses angolanos contra os colonialistas exploradores. [...] Sendo um episódio da resistência nacionalista contra o colonialismo, associado a outros relacionados com o início da luta armada em 1961, e porque remonta a uma era mais recuada da história contemporânea angolana é natural que tenham surgido na mente dos jovens imprecisões em relação ao ano em que este acontecimento ocorreu (1960 ou 1961).^{XL}

Na história não é incomum encontrar, em determinados contextos político-culturais, disputas pela memória na ordem das comemorativas da história nacional, mais ainda aquelas resultado de lutas de libertação. Cada grupo quer ter seu lugar na história. Para a história estes lugares são fundamentais porque representam a complexidade das condições e determinações dos participantes das revoltas e da guerra colonial na Baixa de Cassange. Do contrário o que se tem é a história de mão única. Sobre isso, destacamos as reflexões de Chimamanda Ngozi Adichie, acerca do “perigo de uma história única”,

porque a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. [...] As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.^{XL1}

As revoltas da Baixa de Cassange constitui um destes momentos da história em que a diversidade de narrativas contribui para a revisão dos fatos e da história oficial. Para Manuel Dorivaldo, tais desencontros têm sido causados por esquecimentos, omissões e evocações por parte dos participantes de instituições da memória de Angola no tempo presente. O que tem levado muitos pesquisadores, dentro e fora de Angola, a continuar investigando estes eventos e, desta forma, poder contribuir para as lacunas.^{XLII} De acordo com o pesquisador, estas questões têm levado alguns a afirmar que em Angola existe uma estratégia de “quem vence a guerra é quem conta a história”. Sendo o MPLA o vencedor da guerra e do governo do país, eles estariam incumbidos de criar e aplicar as políticas educativas nas escolas e livros. Em consequência, como a ação do MPLA está ligada ao “4 de fevereiro” e a UPA ao “15 de março”, o que se tem destacado nas narrativas escolares são as comemorações nacionais do “4 de fevereiro”, celebrada pelos atuais líderes do partido da MPLA.^{XLIII}

Para o autor, tais posições políticas contradizem a história de luta nacionalista, como resultado da união nacional, como tem sido dito à população, omitindo-se as disputas pela memória e pela história, numa evidente relação da história oficial com o poder político. Ao invés das versões (UPA/FNLA e MPLA) se tornarem juntas “símbolo nacional das lutas em Angola, uma vez que vidas humanas se perderam dos dois lados”, o que se tem são versões particularizadas, onde

os direitos à memória dos antigos combatentes se perdem. Angola é Angola soberana porque 4 de fevereiro e 15 de março de 1961, vários guerreiros tomaram decisões de enfrentar o colonizador. Falta ‘reconciliação histórica’, vontade e caráter nacional, falta considerar que este reconhecimento pode fortalecer a teoria da cultura estratégica angolana, uma vez que é a despeito da filosofia de pensar e considerar, ofender e defender, negar e aceitar, criar leis e cumpri-las, respeitar os valores nas diferenças e igualdades históricas e antropológicas que constatamos, ontologicamente, a caracterização débil do estado económico, político, social, cultural científico e tecnológico de Angola e dos angolanos.^{XLIV}

Ermelinda Liberato, a propósito da comemoração dos 40 anos da independência de Angola, também escreveu um artigo sobre “*O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois*”^{XLV}, destacando fragmentos dos discursos do antes Presidente do MPLA e depois Presidente de Angola, Agostinho Neto. De acordo com ela, por seus discursos não se observa o reconhecimento da participação de outros grupos, importantes no processo de libertação, enfatizando apenas o lugar histórico da MPLA na Independência de Angola: “Em nome do Povo angolano, o Comité Central do MPLA, proclama solenemente perante a África e o mundo a Independência de Angola e o nascimento da República Popular de Angola”.^{XLVI} Ouvindo outros trechos do discurso de Agostinho Neto^{XLVII}, é possível perceber a ausência de referências às atividades da UPA/FNLA no Norte de Angola e a centralidade de seus discursos nas atividades do MPLA que, pelos discursos de Agostinho Neto, teriam, além de conquistado a libertação de Angola, feito isso dentro dos acordos internacionais, deslegitimando outras ações fora destes acordos:

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961

GISELDA BRITO SILVA

Força galvanizadora e de vanguarda de nosso povo, o MPLA inicia heroicamente, na madrugada de *04 de fevereiro de 1961*, a insurreição geral armada do povo angolano contra a dominação portuguesa. [...] Contando unicamente com suas forças, decidiu combater pelo direito de ser livre. Apesar da brutalidade, opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar nossa luta, o povo angolano guiado por sua vanguarda revolucionária afirmou de maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária, tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara de seus objetivos, definindo corretamente os aliados, amigos e inimigos, o povo angolano, sob a direção do MPLA, venceu o regime colonial português. Derrotado o colonialismo, reconhecido nosso direito a independência se materializa, neste momento histórico, o programa mínimo do MPLA e assim nasce a jovem República Popular de Angola. [...] A luta continua.^{XLVIII}

Esta versão não aparece tão marcante em outras memórias, que reconhecem as atividades do MPLA, mas, também chamam a atenção para as atividades decisivas de outros movimentos, igualmente importantes. O que nos leva a perceber que cada grupo tenta centralizar as memórias em suas atividades, como as mais emblemáticas daquele momento. Ainda que este trabalho não enfoque as atividades da UNITA, consideramos representativo destacar que também aqueles ligados à UNITA buscam seu lugar na memória e história da Independência de Angola. Sobre o direito à memória do seu pai nas lutas de libertação e independência de Angola, Rafael Massanga Savimbi, filho de Jonas Savimbi e deputado na Assembleia Nacional disse, em 01 de junho de 2020, que:

Jonas Savimbi tem sido recordado como um angolano, como um cidadão patriota que dedicou toda a sua vida ao serviço da sua pátria. Hoje feito o balanço, feita uma análise mais fria dos factos, a maioria dos angolanos conclui que Jonas Savimbi é dos expoentes máximos do nacionalismo angolano, que contribuiu na luta para a independência e luta pela democratização do nosso país.^{XLIX}

Pertencente a um lado das memórias, Rafael Massanga Savimbi diz que outros movimentos históricos de libertação nacional, precisamente o MPLA e a FNLA, e na origem deste movimento destaco a UPA, também devem se "reconciliar com a história". Para ele, "o MPLA precisa reencontrar-se consigo mesmo. Está a fazê-lo agora com o 27 de maio. Mas também precisa fazê-lo com aqueles que foram perseguidos em 1962, [porque] a FNLA também tem os seus passivos".^L

Como dissemos no começo deste trabalho, há uma variedade documental que registra as diferentes frentes das lutas de libertação colonial, que indicam claramente a importância da partilha das memórias na história da Independência de Angola, levando-nos a compreender a importância do debate e das reivindicações à memória e história das comemorações atuais. Porque do contrário se está investindo no "perigo da história única", retomando aqui as reflexões de Chimamanda Ngozi Adichie. Sobre este aspecto, concordamos com ela quando diz que uma questão muito importante, acerca das abordagens na ciência histórica sobre a África, é que ela nos faz pensar que o que define minha história não é o tipo de documento que usamos, mas *como usamos*, porque:

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo nkali, que quer dizer ‘ser maior do que outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente.^{LI}

Seguindo sua lógica, é importante considerar a mudança de posição para contar uma história sobre os povos africanos. Disso decorre que, podemos ler e abordar um documento do colonizador e ver as marcas das memórias dos povos colonizados nestes documentos; podemos começar compreendendo como a administração colonial e imperial ficou assustada com as reações e revoltas grevistas, convocando missões antropológicas e sociológicas para estudos dos grupos, porque passaram a se preocupar com o conhecimento cultural das comunidades locais; podemos começar contando como as populações de Cassange se armaram e se organizaram no âmbito de sua cultura religiosa para enfrentar a força militar terrestre e aérea pelos documentos do colonizador, que nos informam aspectos desta cultura nas lutas, ainda que o objetivo era denegrir tais culturas; podemos, por fim, começar a escrita da história pela forma como as revoltas da Baixa de Cassange contribuíram para o fim ao colonialismo.

Então, a história com base nos documentos dos colonizadores, será bem diferente daquela que tem sido contada pela perspectiva eurocêntrica, portuguesa. Nesta linha de raciocínio, estimulada por Chimamanda Ngozi Adichie,^{LII} compreendemos que é possível ler os documentos do colonizador e não ver somente uma história, mas, perceber todas as histórias envolvidas, nas linhas e entrelinha dos documentos. Desta forma, é possível evitar o “perigo de uma história única”, porque ela “rouba a dignidade das pessoas”, rouba a memória, rouba a história.

Notas

^I Docente da Graduação e da Pós-Graduação em História da UFRPE. O texto é resultado do Projeto intitulado “*A CULTURA POLÍTICA E COLONIAL DO SALAZARISMO: da missão nacionalista e evangelizadora à atuação anticolonial de professores e catequistas indígenas de Angola (1940/70)*”. Apoio do DEHIST-UFRPE/PGH-UFRPE.

^{II} FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N. 18-22, 1995-1999, p. 247.

^{III} Idem.

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

IV JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro. “O Império do Trabalho: Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa. (Orgs.) *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões Internacionais*. Lisboa: Edições 70, 2014, p.42-46.

V SILVEIRA, Anabela. “A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada”. *Revista Porto* 3 (2): 39-57, 2013. p.40-41.

VI VAZ REBOCHO. *Apud*, SILVEIRA, Anabela. “A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada”. *Revista Porto* 3 (2): 39-57, 2013. p. 41.

VII Cf. MARTINS, Manuel A. Morais. *Angola. Incidentes da Baixa de Cassange (I e II)*. Apontamentos n.34. Doc. Secreto. Ministério do Ultramar, 1961. AOS-TT. [PT-TT-AOS-D-N-25-18-9](https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3897079).- Arquivo da Torre do Tombo Digital. Cf. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3897079>, acesso em 14.04.2021.

VIII *Idem*.

IX FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N. 18-22, 1995-1999, p. 251.

X *Idem*, p.252

XI “Informação n.68/61-GU, de 19.01.1961. PIDE. AOS/CO/UL 32º2, p.41”. In: FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N. 18-22, 1995-1999, p. 259.

XII FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N. 18-22, 1995-1999, p. 260.

XIII *Idem*.

XIV *Idem*. p.262.

XV *Idem*. p.264.

XVI “Boletim de Informações do CC das FAA, de 28.02.1961”. PIDE-DGS. Angola Cx. 11543, v.2.

XVII *Idem*.

XVIII SILVEIRA, Anabela. “A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada”. *Revista Porto* 3 (2): 39-57, 2013. p.40.

XIX JERÓNIMO, Miguel Bandeira. “As provas da “civilização”: fotografia, colonialismo e direitos humanos. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O Império da Visão: fotografias no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa, Edições 70, 2014. p. 394-395.

XX ROSAS, Fernando. “Angola 61 – O início do Fim”. Documentário. Cf. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/historia-a-historia-2/>, acesso em 19.06.2021

XXI *Em junho de 1960*, quando da prisão de Agostinho Neto, o MPLA manda uma proposta para Oliveira Salazar para resolução pacífica do problema colonial. Cf. BARBOSA, Márcio Sérgio Costa. *Marcelo e Spínola: a missão do fim*. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Coimbra, Faculdade de Letras, 2009. p.70.

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

XXII Cf. BARBOSA, Márcio Sérgio Costa. *Marcelo e Spínola: a missão do fim*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras, 2009. p.9-11 e 64.

XXIII RAMOS, Afonso. “Angola 1961, o horror das imagens”. In: VICENTE, Filipa Lowndes. *O império da visão: fotografia no contexto colonial português: (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 399-434

XXIV Idem. p.400.

XXV Idem, p. 399-434

XXVI Idem, p.398.

XXVII Idem.

XXVIII Idem. p.401.

XXIX Idem. p.405.

XXX Idem. p.417.

XXXI Cf. NETO, Conceição. “15 de março de 1961: A UPA e a revolta no norte de Angola”. In: CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018, pp. 62-68. / Artigo publicado na *Revista Esquerda*.Net. 15 de março de 2021. Cf. <https://www.esquerda.net/artigo/15-de-marco-de-1961-upa-e-revolta-no-norte-de-angola/72134>, acesso em 16.04.2021.

XXXII Idem.

XXXIII Idem.

XXXIV Idem.

XXXV Idem.

XXXVI Idem.

XXXVII Cf. MANUEL, Dorivaldo. “O 4 de fevereiro e o 15 de março: duas datas um só objetivo”. *Artigo do estudante finalista de Ciência Política*, na Universidade Agostinho Neto, FCS (2015-2018). Angola, 26 de janeiro de 2020. Cf. <https://www.angola24horas.com/opiniao/item/15922-o-4-de-fevereiro-e-15-de-marco-duas-datas-um-so-objectivo>, acesso em 16.04.2021.

XXXVIII Idem.

XXXIX Cf. “*Guerrilheiros da UPA, na região do Dembos. Imagem da FNLA*”. Cf. <https://www.esquerda.net/artigo/15-de-marco-de-1961-upa-e-revolta-no-norte-de-angola/72134>, acesso em 10.05.2021.

XL Estudo que analisa “os resultados preliminares de um estudo empírico realizado em Luanda, tendo como objectivo principal estudar as representações dos jovens angolanos sobre a história de Angola. Cf. MENDES, Júlio; SILVA, Eugénio; CABECINHAS, Rosa. *Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola/Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 2010. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/229414374.pdf>, acesso em 19.05.2021.

XLI ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Pasulo: Companhia das Letras, 2019. p.26-27.

XLII Cf. MANUEL, Dorivaldo. “O 4 de fevereiro e o 15 de março: duas datas um só objetivo”. *Artigo do estudante finalista de Ciência Política*, na Universidade Agostinho Neto, FCS (2015-2018). Angola, 26

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

de janeiro de 2020. Cf. <https://www.angola24horas.com/opiniao/item/15922-o-4-de-fevereiro-e-15-de-marco-duas-datas-um-so-objectivo>, acesso em 16.04.2021.

XLIII *Idem.*

XLIV *Idem.*

XLV LIBERATO, Ermelinda. “O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois”, *Mulemba [Online] – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5 (10) 2015. Cf. <http://journals.openedition.org/mulemba/1775>, acesso em 16.04.2021.

XLVI *Discurso de António Agostinho Neto. Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proferido por ocasião da Proclamação da Independência de Angola.* Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6NAYCTCkfw>, acesso em 16.04.2021.

XLVII *Idem.*

XLVIII *Idem.*

XLIX LUAMBA, Manuel. “Entrevista a Rafael Massanga Savimbi - “Angola: como deve ser recordado Jonas Savimbi, um ano depois do seu enterro?”. *DW África*. Angola, 01 de junho de 2020. Cf. <https://www.dw.com/pt-002/angola-como-deve-ser-recordado-jonas-savimbi-um-ano-depois-do-seu-enterro/a-53650365>

L *Idem.*

LI ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.22-24.

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.26-27.

BARBOSA, Márcio Sérgio Costa. *Marcelo e Spínola: a missão do fim*. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Coimbra, Faculdade de Letras, 2009.

BITTENCOURT, Marcelo; ROCHA, Edmundo. “Angola - Contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)”. In: *Lusotopie*, nº10, 2003. Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa, sous la direction de Camille Goirand. pp. 529-533. www.persee.fr/

CAETANO, Eduardo. “Revolta sangrenta no norte de Angola marcou início da guerra colonial”. *RTP Notícias*. Lisboa, 15 de março de 2011. Cf. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/revolta-sangrenta-no-norte-de-angola-marcou-inicio-da-guerra-colonial_n424551 acesso em 13.06.2021

AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE 1961

GISELDA BRITO SILVA

CARDINA Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. “Luanda, 4 de fevereiro de 1961: a visão dos Estados Unidos”. *Revista Outros Tempos*, vol. 12, n.19, 2015 p. 248-267.

FORTUNA, Cláudio; CAHEN, Michel. “Quer a Frelimo e o MPLA, quer a Renamo e a Unita, são partidos profundamente diferentes: pesquisando os passos de Christine Messiant”. *RAS - Revista Angolana de Sociologia*. [Online], 12 | 2013. URL: <http://journals.openedition.org/ras/770>

FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N. 18-22, 1995-1999, p. 245-283.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. “As provas da “civilização”: fotografia, colonialismo e direitos humanos. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O Império da Visão: fotografias no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa, Edições 70, 2014. p. 394-395.

LIBERATO, Ermelinda. “O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois”, *Mulemba [Online] – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5 (10) 2015. Cf. <http://journals.openedition.org/mulemba/1775>, acesso em 16.04.2021.

LUAMBA, Manuel. “Entrevista a Rafael Massanga Savimbi - “Angola: como deve ser recordado Jonas Savimbi, um ano depois do seu enterro?”. *DW África*. Angola, 01 de junho de 2020. Cf. <https://www.dw.com/pt-002/angola-como-deve-ser-recordado-jonas-savimbi-um-ano-depois-do-seu-enterro/a-53650365>

MANUEL, Dorivaldo. “O 4 de fevereiro e o 15 de março: duas datas um só objetivo”. Artigo do estudante finalista de Ciência Política, na Universidade Agostinho Neto, FCS (2015-2018). Angola, 26 de janeiro de 2020. Cf. <https://www.angola24horas.com/opiniao/item/15922-o-4-de-fevereiro-e-15-de-marco-duas-datas-um-so-objectivo>, acesso em 16.04.2021.

MENDES, Júlio; SILVA, Eugénio; CABECINHAS, Rosa. *Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola*. ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA, 2010. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/229414374.pdf>, acesso em 19.05.2021.

NETO, Conceição. “15 de março de 1961: A UPA e a revolta no norte de Angola”. In: CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018, pp. 62-68. / Artigo publicado na *Revista Esquerda.Net*. 15 de março de 2021. Cf. <https://www.esquerda.net/artigo/15-de-marco-de-1961-upa-e-revolta-no-norte-de-angola/72134>, acesso em 16.04.2021.

**AS REVOLTAS NA BAIXA DE CASSANGE E O DIREITO À MEMÓRIA E HISTÓRIA NAS
LUTAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA: ENTRE O 04 DE JANEIRO E O 15 DE MARÇO DE
1961**

GISELDA BRITO SILVA

RAMOS, Afonso. “Angola 1961, o horror das imagens”. In: VICENTE Filipa Lowndes. *O império da visão: fotografia no contexto colonial português: (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 399-434.

ROSAS, Fernando. “Angola 61 – O início do Fim”. Documentário. Cf. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/historia-a-historia-2/>, acesso em 19.06.2021

SALAZAR, António. Oliveira. *Discursos e Notas Políticas VI: 1959-1966*. Coimbra Editora, 1967.

SILVEIRA, Anabela. “A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada”. *Revista Porto* 3 (2): 39-57, 2013.

VICENTE Filipa Lowndes. *O império da visão: fotografia no contexto colonial português: (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.